

umas de votação, em Paris. Psiquiatra, sufragista, também jornalista, escritora, Madeleine, ao contrário de Hubertine, não vê o direito de voto como instrumento de emancipação coletiva, mas como meio de acesso à plena liberdade individual e ao poder. Com o voto as mulheres passarão a existir como sujeitos autônomos, verdadeiros indivíduos.

Embora tenha militado entre os socialistas e pertencido ao partido comunista até 1925, Pelletier é vista por Joan Scott como uma liberal radical, uma individualista radical, o que demonstra montando o quadro do individualismo do início do século XX, na França, constituído por correntes de pensamento como a psicologia social de Gustave Le Bon e a filosofia do devir de Henri Bergson.

Um dos temas de Madeleine Pelletier era: 'Não ser mulher da maneira esperada pela sociedade'. Ela vê o sujeito portador de direitos praticamente de-sexuado. O feminismo não é visto como meio de melhorar o status social das mulheres, mas uma maneira de dissolver a própria categoria 'mulheres'. É uma rejeição do feminino visto como 'sexo psicológico', socialmente imposto, como um conjunto de hábitos adquiridos. "Não gosto das mulheres tais como são", dizia Pelletier, "quero vê-las socialmente homens". Recusando sua própria sexualidade, eternamente vestida de homem, ela não podia negar entretanto a existência da sexualidade das mulheres e da reprodução como expressão física de suas individualidades. Defendeu o direito das mulheres sobre seus corpos. A partir dos anos 20 insurgiu-se contra o movimento pronatalista que seguiu a mortífera Primeira Guerra Mundial. Lutou pela contracepção e pela legalização do aborto nos três primeiros meses de gravidez. Muito perseguida, acabou acusada de promover abortos, foi processada em 1939 e presa num hospital psiquiátrico onde morreu poucos meses depois.

O capítulo sobre Madeleine Pelletier é o mais denso do livro e, a meu ver, oferece uma discussão instigante para as feministas contemporâneas, tão ligadas à questão da sexualidade. Embora Joan Scott não diga nada, por exemplo, da

eventual influência das descobertas de Freud nessa área, a psicanálise lacaniana está presente em suas observações sobre a questão da diferença sexual e a maneira de vestir.

As francesas receberam o direito de voto em 21 de abril de 1944, no momento da Libertação da França, quando renascia a ordem após o caos da Segunda Guerra Mundial. Tomadas visíveis politicamente, as 'indivíduos', no entanto, continuavam como o 'segundo sexo'. Com essas palavras, Simone de Beauvoir iniciou uma nova linha de argumentação contraditória: as mulheres são 'elas' e 'outras' ao mesmo tempo. 'Outras' culturalmente. Sem autonomia econômica, sem autonomia sexual, como não ser 'outra'?

O paradoxo do feminismo não é um defeito, mas uma condição. Scott pensa que é possível existir uma política feminista que explore essa tensão sem querer forçosamente que ela se resolva. Oposições no seio de relações sociais devem ser concebidas como núcleos de energia que desafiam a capacidade humana de criar novas formas de convivência, não discriminatórias, entre os seres humanos, tão ricamente diferentes. Além da demonstração metodológica e da fina análise de uma impressionante massa bibliográfica, *Only Paradoxes to Offer* transmite a paixão de Scott por uma certa concepção de história e do que seja escrever a história das mulheres e do feminismo.

¹ Em processo de tradução, enquanto este livro não for disponível em português, pode-se consultar a entrevista de sua autora à *Estudos Feministas*, v.6, n.1, Rio de Janeiro, 1998, p. 114-24.

² New York: Columbia University Press, 1988. Traduzido em *Cadernos Pagu*, v. 3, Campinas: Unicamp, 1994.

³ *The American Historical Review*, dezembro de 1986, e também no capítulo II de *Gender and the Politics of History* (op. cit.). Tradução em português em *Educação e Realidade*, v. 6, n. 2, Porto Alegre, 2º sem/1990.

DANIELLE ARDAILLON ■

Fronteiras do gênero

Gênero sem fronteiras

SCHPUN, Mônica Ralsa (org.)

Florianópolis: Mulheres, 1997. 208 p

Organizada por Mônica Ralsa Schpun, *Gênero sem fronteiras* reúne textos originalmente programados para o painel 'Estudos sobre a mulher: um olhar multidisciplinar', realizado no terceiro encontro da Brazilian Studies Association (Brasa), em setembro de 1996, em Cambridge, Inglaterra. A proposta de multidisciplinaridade é levada a termo pela inclusão de autoras das áreas de história, antropologia, sociologia e letras. Diante dis-

so, pensar o livro como 'obra', como 'todo', torna-se instigante e difícil.

A partir da proposta de resenhar o livro, o próprio título tornou-se particularmente inquietante, posto que várias vezes me referi a ele como 'Fronteiras do gênero' e não como 'Gênero sem fronteiras': um ato falho que convida à reflexão. A que se refere a metáfora *fronteiras*? Ao encontro 'além fronteiras' que deu origem à obra, reunindo pesquisadoras brasileiras fora do Brasil? Às limitações sócio-culturais de gênero? À utopias libertárias? Pode ser, mas certamente o título faz referência a fronteiras disciplinares — à multidisciplinaridade implícita na organização da obra.

Na verdade, o leitor constatará que as fronteiras disciplinares, embora mais reais do que metafóricas, são frequentemente transpostas, e que é possível traçar não uma, mas diversas transversalidades entre os estudos reunidos neste livro, a par de algumas fronteiras mais rigidamente estruturadas — questão mais de refinamento de análise do que de perda de identidade disciplinar. Os trabalhos mais 'encastelados' em fronteiras disciplinares são os mais empíricos, ao contrário dos mais teóricos, os quais, pela própria natureza da reflexão a que se propõem, tendem a debruçar-se sobre as influências recíprocas das diversas orientações teóricas muitas vezes originadas de matrizes disciplinares distintas.

Abrindo a coletânea está o artigo de Nádia Battella Gotlib, sobre o trabalho de investigação que representa o 'gênero biográfico'. A discussão de Gotlib se dá a partir da biografia que fez de Clarice Lispector¹. O artigo sublinha a dificuldade de biografar alguém que foi uma espécie de mestre do ficcional, para quem nada pode ser absolutamente histórico ou cientificamente comprovável, nem mesmo a data de nascimento, uma biografada que, pelo contrário, colabora no que a autora chamou de 'uma construção voluntária das ambigüidades'. A par da grande contribuição aos estudos lispectorianos que essa biografia representou, não deixa de ser uma contribuição importante para os mesmos estudos (e para o próprio gênero biográfico) sublinhar o que há de ficcional e estilisticamente lispectoriano na biografia de Clarice.

O artigo, entretanto, poderia ser enriquecido se, talvez transpondo fronteiras disciplinares, dialogasse com outras metodologias de reconstituição de histórias pessoais, como as da história e da antropologia. Toda a discussão sobre a 'construção voluntária das ambigüidades', a produção de uma 'história que se abre para a ficção', é extremamente familiar, por exemplo, para

o antropólogo quando faz 'história de vida'. Com certeza, a reflexão sobre a vida de Clarice e sua biografia tem a ganhar com a incorporação da discussão mais propriamente teórica de gênero (não o 'biográfico', refiro-me à categoria similar a 'sexo social'), capaz de marcar a linha entre a Clarice excepcional e a Clarice 'mulher do seu tempo', ou seja, entre ser social e ser historicizado.

Ainda com referência àquela divisão (fronteira?) inicialmente estabelecida entre artigos mais empíricos e outros mais teóricos, e particularmente com relação aos primeiros, cabe criticar exatamente a total ausência ou insuficiente explicitação de uma discussão teórica, em nota de rodapé que seja, que estabeleça a base conceitual que estrutura o trabalho com dados empíricos.

O fascinante quadro pintado por Miriam Lichitz Moreira Leite sobre mulheres viajantes e escritoras, escreventes ou escrevinhadoras, não foge do problema acima descrito. O texto (ou sua leitura) certamente se beneficiaria de um esclarecimento acerca do estatuto teórico de certas categorias como *mulher e feminino*. Não obstante, trazendo aproximações e contrastes entre umas e outras viajantes, a autora vai demarcando, sob uma talvez presumível hegemonia dada pela condição feminina, as marcantes diferenças relativas a condição social, conhecimentos e habilidades, estado civil, nacionalidade, motivação e, possivelmente, temperamento.

Diante disso, torna-se um tanto insólito o desfecho do artigo. O que se vê na última página — quicá resultante de uma certa concepção de *história das mulheres* ou do tratamento francamente admirador do caráter transgressor comum à história de vida daquelas mulheres — parece uma tentativa de reunir sob uma unidade o que nas páginas anteriores se provou diversidade. A inserção final do exemplo das mulheres bororo como contraponto comparativo só reforça essa impressão: "Ao que tudo indica, as mulheres sempre carregaram, ao viajar, pelo menos a casa e os filhos na cabeça" (p. 40).

Entretanto essa não é a tônica do artigo. O que prevalece é o objetivo, enunciado logo à primeira página, de revelar as diferenças sociais e individuais entre as várias mulheres que dão a base empírica ao estudo — pertencentes a mundos sociais e temporais às vezes distintos — e de refletir "sobre o quanto um comportamento usual continua a haver sob um comportamento extraordinário, e [sobre] a diversidade de recepção obtida por suas obras" (p. 25). Mais do que filhos ou casa, o que as viajantes carregaram inevitavelmente — a autora é sagaz ao sublinhar — foi a própria so-

cidade de origem, a cultura, os valores e hábitos que transportavam para dentro de suas aventuras e de seus escritos.

A problemática de gênero e classe social é mais focal nos artigos de Mônica Raisa Schpun (sobre códigos sexuados e esportes da oligarquia paulista dos anos vinte) e de Cynthia Andersen Sarti (sobre relação trabalho/gênero na periferia da São Paulo contemporânea). Schpun demonstra muito bem o potencial 'classificatório' dos esportes, estabelecendo hierarquias e diferenças de gênero e de classe: descreve as práticas esportivas para homens ou mulheres exclusivamente da elite (como o tênis ou a 'dança clássica') ou exclusivamente para homens, independente de origens sociais, como se tomou o futebol.

Contextualizando e historicizando adequadamente o grupo social estudado, o artigo demonstra como o gênero é produzido nos corpos e como diferenças de gênero são somatizadas, segundo certas técnicas corporais, ao mesmo tempo, 'generificadoras' (ou sexuadas, como prefere a autora) e distintivas (dominadas pela elite). Assim, é muito bem trabalhada a idéia de que gênero e incorporação das diferenças de gênero (socialmente estabelecidas, fique claro) precisam ser historicizadas e, fundamental quando tratamos de 'sociedades complexas' ou 'modernas', remediadas à classe social. O ponto alto do texto é o *insight* de que não apenas corpos ou pessoas são sexuados ou têm um gênero atribuído, incorporado ou constituído: as práticas sociais (desenvolvidas em torno do esporte num espaço social organizado segundo códigos sexuados) é que são marcadas por uma lógica sexuada, são práticas 'generizadas' (p. 69).

É preciso dizer aqui que a autora não usa a categoria 'gênero', e sim 'sexo', o que em si não significaria problema, na medida em que sexo é tratado como sexo social, de forma muito semelhante ao conceito de gênero. O problema é que, de sexo, o texto passa a falar de sexuado, embora não necessariamente de sexualidade, outro conceito que a leitura do texto acaba por evocar. Quando a autora afirma que as práticas esportivas são extremamente sexuadas, devemos entender que isso nada tem a ver com sedução ou sensualidade, mas simplesmente que elas são tremendamente generizadas. A questão pode parecer meramente semântica mas suscita a confusão, principalmente considerando que em nenhum momento do texto é dado ao leitor o esclarecimento de categorias e conceitos como sexo, código sexuado ou ainda identidades masculinas coletivas.

Muito oportuno é também o artigo de Cynthia Sarti ao tratar de gênero e classe social, embora, ao contemplar a questão de classe, ela opte pela desconcertante categoria 'pobreza'. Este é dos raros artigos que aceitam o desafio de cruzar discussão teórico-conceitual com o tratamento de dados empíricos. Nesse sentido, Sarti preocupa-se em explicitar conceitos, fazendo-o, entretanto, de forma insuficiente com relação à categoria pobre: em parte é uma categoria 'êmica'³ — a auto-imagem dos moradores da periferia se inclui nessa categoria —, que tem uma carga negativa (de falta e carência) e que convive com uma noção tambémêmica, porém com carga positiva — a noção de ser trabalhador. Seria interessante se Sarti explicasse por que opta por uma categoriaêmica negativa.

Não obstante, o artigo de Sarti insere-se muito bem na discussão teórica mais propriamente de gênero, descrevendo as construções nativas de gênero (particulares à população estudada) e incorporando o aspecto relacional daquele conceito ao investigar os diferentes significados, para homens e mulheres pobres, da relação com a família e o trabalho. Sarti ainda sublinha a diversidade de significados do trabalho para mulheres de classes sociais diferentes — contrariando a premissa feminista segundo a qual o trabalho remunerado seria pré-condição da libertação feminina: "Aqui aparecem, ainda com mais clareza, os limites de classe social, nas dificuldades de realização da individualidade moderna, pressuposto da idéia do trabalho como condição de libertação da mulher" (p. 163).

Neste ponto é possível identificar uma certa transversalidade entre esse artigo e o de Maria das Dores Campos Machado, 'Mulheres: da prédica pentecostal ao debate sobre sexualidade, saúde reprodutiva, aborto e planejamento familiar', no qual a autora sugere que um tratamento mais condescendente por parte das Igrejas pentecostais com relação à sexualidade (esterilização, aborto etc) tampouco representa necessariamente emancipação ou realização da individualidade feminina. O objetivo do artigo é avançar na reflexão sobre a relação daquelas Igrejas com o segmento feminino, especialmente com relação ao campo da saúde reprodutiva — aborto e planejamento familiar —, campo este em que se acirra a disputa entre diversas denominações religiosas, principalmente considerando a inexistência de uma política de saúde reprodutiva, por parte do Estado brasileiro, capaz de satisfazer uma enorme demanda da grande maioria da população brasileira.

O artigo de Maria das Dores Campos Machado, entretanto, em algumas passagens, beira o viés vittimizador. A autora não chega a assumir tal perspectiva. Tampouco pretende-se aqui duvidar das múltiplas dominações — não apenas de gênero — a que estão sujeitas as fiéis das igrejas pentecostais. Ao contrário, a autora é muito hábil e sensível ao lidar com os encaminhamentos dessas igrejas no que se refere a sexualidade e saúde reprodutiva — às vezes surpreendentes porque aparentemente emancipatórios para a mulher, pois lhe facultam a contracepção, lidam de forma menos culposa com experiências progressas de aborto, admitem práticas sexuais não exclusivamente ligadas a reprodução etc. Machado é de fato feliz em apontar o quanto não é a mulher, seu corpo, sua saúde e sua sexualidade o que está em questão nesses encaminhamentos: frequentemente, é a satisfação sexual dos homens, a proteção de um modelo de casal e família cristão ou o saneamento de problemas da 'sociedade brasileira'. De fato, pentecostais não são feministas. Ao enfatizar, entretanto, aqueles aspectos, a autora deixa de (correr o risco de) tratar certas sutilezas e ambigüidades (e talvez ganhos reais) do status da mulher nas redes de poder em que — como indica a descrição do campo — essas mulheres estão imersas. Os próprios dados do artigo sugerem que, mais do que coerção, uma grande tolerância e freqüente facilitação da esterilização sejam, mais provavelmente, um chamariz para mulheres populares e que isso, longe de representar uma 'falsa consciência' por parte delas, possa resultar, senão em certo grau de autonomia, ao menos em ganhos efetivos (na vida familiar e cotidiana dessas mulheres, em seu corpo, saúde, ou mesmo em sua sexualidade), cujos significados, *na perspectiva dessas mulheres*, valeria a pena indagar.

Ainda com relação à transposição de fronteiras entre os estudos presentes no livro, é de se registrar um diálogo subliminar entre o texto de Sarfi e o envolvente artigo de Maria Lygia Quartim de Moraes sobre a história do feminismo no Brasil e a vitória do neoliberalismo. Os artigos se interseccionam na assumidamente compartilhada crítica ao caráter formal da igualdade defendida pelo neoliberalismo, o que confere relevância política de extrema atualidade às questões ali discutidas.

O artigo de Maria Izilda Santos de Matos é daqueles que mereceriam título do tipo 'o que todo/a historiador/a, ou pesquisadores, da área do gênero deveriam saber, lembrar e usar sobre "gênero"'. Toca pontos fundamentais da discussão de

gênero: a crítica ao essencialismo, as abordagens biologizantes ou universalizantes, ao mesmo tempo em que resalta o aspecto plural e relacional das construções de gênero (entendidas como culturais, históricas e temporais). Matos ainda nos brinda com uma reflexão sobre a efemeridade do conhecimento e a dimensão salutar das precariedades, ambigüidades e incertezas das certezas produzidas pela pesquisa.

É essencialmente teórico e é, sem sombra de dúvida, uma grande contribuição para os estudos de gênero, o artigo de Lia Zanotta Machado, 'Estudos de Gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas'. Avaliando aspectos teóricos desse campo intelectual, Machado ultrapassa a simples revisão e sistematização de saberes e discussões correlatas. Mapeando diferenças e semelhanças, particularidades e aproximações, entre os campos francês, americano e brasileiro, o artigo é muito esclarecedor quanto a questões nodais como a *dominação* e a *diferença*. É digna de nota a discussão, nesse artigo, sobre 'campo intelectual e feminismo', onde a autora, fazendo-se interlocutora de Bourdieu, recoloca as coisas 'em seus devidos lugares'. A verdadeira originalidade do "campo intelectual de estudos de gênero, de relações sociais de sexo ou de estudos sobre a mulher" não reside na desnaturalização das diferenças sexuais tão conhecida das ciências sociais, como pretende Bourdieu⁴, mas na marca constituidora do feminismo nesse campo, que permite um tratamento original para antigas aquisições. A originalidade reside num compromisso político com as utopias e com a crítica característica do feminismo: "Nesse campo, a exigência do trabalho propriamente científico da construção do objeto e a crença na capacidade 'reveladora' da ciência é consentânea com o pensamento utópico" (p. 101). É próprio do feminismo, malgrado todas as diferenças internas, "subverter posições e reinterrogar saberes".

O desafio de reinterrogar saberes é encarado por Machado com originalidade e crítica; num tipo de contribuição que, além de merecer epígrafes do tipo 'tudo o que qualquer pesquisador/a de gênero deveria saber', assume um grau de complexidade dificilmente resumível em poucos parágrafos. Uma ausência estranhamente sentida em sua reflexão refere-se à influência teórica da discussão promovida por Marilyn Strathern⁵ acerca de gênero, feminismo e dominação, sobre o campo brasileiro, desde a década de oitenta, influência esta insistentemente citada por outros autores brasileiros.

Finalmente, é ainda Machado quem vai tra-

tar com grande lucidez das 'fronteiras do gênero', constantemente demarcadas e desmarcadas, borradas ou atravessadas por transversalidades. A reunião de autoras oriundas de diferentes disciplinas foi guiada, conforme Schpun revela no início do livro (p. 13), pela "crença de que os estudos sobre mulheres e relações de gênero desenhavam um campo privilegiado para o estabelecimento da interdisciplinaridade". Se essa crença é de fato generalizada neste campo, não menos comum é um permanente e subliminar lamento quanto às dificuldades reais de concretização da anelada e jamais inteiramente concretizada interdisciplinaridade — gênero sem fronteiras é também nossa utopia. Nesse sentido talvez seja alentador lembrar (ou divulgar) algo dito por Miguel Vale de Almeida⁶ em passagem pelo Brasil: para termos interdisciplinaridade, é preciso primeiro termos *disciplinaridade*. Ou seja, dentro de nossas fronteiras disciplinares, se é mister interagir e trocar, também é bom — produtivo, salutar, instigante — ver cada um fazendo a sua parte — cientistas sociais e juristas, psicólogos e historiadores, antropólogos e literatos, pesquisadores e pesquisadoras. O livro de Mônica Raisa Schpun, por sua vez, faz a sua parte lançando luzes sobre as fronteiras do gênero presentes na utopia de um gênero sem fronteiras.⁷

1 Nádya Battella Gotlib. *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo: Ática, 1995.

2 É digna de nota a instigante reprodução de retratos das viajantes, especialmente o de Therese von Bayem em campo e o da cabine de Annie Brassey na escuna em que viajou com a família.

3 No jargão antropológico, *étnico* equivale a *nativo*, referindo-se às categorias usadas pelo grupo social estudado e opondo-se ao *ético* (categorias e conceitos do antropólogo).

4 Pierre Bourdieu. *La domination masculine. Actes de la Recherche en Ciencias Sociales*, n. 84, Paris, 1990.

5 Marilyn Strathern. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1990.

6 Antropólogo português, autor de *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995. Abordou a questão em conferência promovida pelo Pagu e pelo Cerni na Unicamp em 30 de setembro de 1998.

7 A excelente produção material do livro é digna de nota. A introdução de uma estética menos acadêmica também suscita elogios, embora uma eventual sobrecarga de enfeites e marcações (vide p. 150-1) coloque por vezes em dúvida tal estética (que eu não ousaria supor 'feminina').

FLÁVIA DE MATTOS MOTTA ■

Desnaturalizando antigas leituras

Armadilhas da sedução: os romances de M. Dely

CUNHA, Maria Teresa Santos

Belo Horizonte: Autêntica, 1999

Armadilhas da sedução: os romances de M. Dely, de Maria Teresa Santos Cunha, encanta o leitor pela possibilidade de se deliciar com a história. Em sua tese de doutoramento em educação pela USP, agora em forma de livro, a autora demonstra, sob a perspectiva da história cultural

(i.e., percebendo como em lugares e períodos diferentes certas práticas são construídas e compreendidas), ser possível extrapolar as informações contidas nos romances para entrar num universo onde o livro e a leitura sejam "criadores de sentido para a história e para o leitor."

Os romances de Madame Dely eram, na verdade, escritos por um casal de irmãos franceses — Frédéric Henri Pettijean de La Rosière e Jeanne-Marie Henriette Pettijean de La Rosière. Tais romances, ambientados na França, foram publicados no Brasil pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Biblioteca das Moças, e tornaram-se populares junto a jovens brasileiras de classe média, especialmente as normalistas, entre as décadas de 1930 e 1960 (tendo sido editados ininterruptamente entre 1935 e 1963). Eram bons presentes; hoje são geralmente encontrados em